

“CONFIANTES NO ESPÍRITO JUSTICEIRO”, PEDIMOS PELA “QUERIDA ESCOLA”: AS REIVINDICAÇÕES POPULARES EM PROL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA

“TRUSTING IN THE RIGHTEOUS SPIRIT”, WE REQUEST FOR “DEAR SCHOOL”: THE POPULAR CLAIMS IN FAVOR OF PUBLIC INSTRUCTION

Marcelo Gomes da Silva¹
Universidade do Estado do Rio de Janeiro/ProPEd
marcelogomes.dasilva@yahoo.com.br

RESUMO: Discutir as formas de atuação dos diversos sujeitos relacionados ao âmbito educacional da cidade de Juiz de Fora é o objetivo deste trabalho. Para tanto, se partiu da análise de um conjunto de sete abaixo-assinados, manuscritos, produzidos por moradores da cidade entre os anos de 1903 e 1915 que se encontram sob a guarda do Arquivo Histórico Municipal. Este suporte documental representa um modo de requerimento junto ao poder executivo municipal, contendo, portanto, pedidos e reivindicações. Ao mesmo tempo, representa uma forma de denúncia das deficiências existentes, expondo as demandas relativas à instrução na cidade. Tais documentos permitem analisar os modos como os moradores se dirigiam à Câmara Municipal, ou seja, como se tecia a construção argumentativa em torno da solicitação. Quais as proximidades entre as formas das solicitações? Quais estratégias eram usadas? Podemos, ainda, pensar na existência de um diálogo entre os moradores, na intencionalidade dos pedidos, no papel que esses agentes estão ocupando no processo histórico. Compreender os abaixo-assinados e as indagações inferidas a partir deles na perspectiva de Thompson (1981) sugere que as experiências dos sujeitos, seus costumes, seus sentidos construídos e compartilhados, contribuem efetivamente para o processo de escolarização ocorrido na cidade. Outros estudos contribuem para a reflexão proposta por também tratarem de abaixo-assinados entendendo-os como forma de participação popular em prol da instrução pública, como o caso de José Carlos Peixoto (2006), Daniel Lemos e José Gondra (2004).

Palavras-chave: Escolarização. Reivindicação popular. Juiz de Fora.

ABSTRACT The aim of this work is to discuss the types of activities of various subjects related to education within the city of Juiz de Fora. For this, we analyze a group of seven petitions, manuscripts who are under the custody of the Municipal Historical Archive and produced by residents of the city between the years 1903 and 1915. That documentation represents a kind of requirement adressed to the municipal executive, containing, therefore, requests and demands. At the same time, it represents a form of denunciation of the shortcomings, exposing the educational demands in the city. These documents allow us to analyze the ways in which residents were headed to the town hall. In other words, how the argumentation was

constructed around those requirements. What were the common elements between requests? What strategies were used? We can also think of the existence of a dialogue between residents, the intent of those requirements and the role that those agents were taking in the historical process. Understanding the petitions and its inferred inquiries at Thompson's view (1981), we suggest that the experiences of the subjects, their customs, their meanings constructed and shared, could contribute effectively to the educational process occurred in the city. Other studies can contribute to the reflection proposed by also dealing with petitions and understanding them as a form of popular participation in favor of public education, as well as Jose Carlos Peixoto (2006) and Daniel and José Gondra Lemos (2004) consider in their researches.

Keywords: Schooling. Popular claim. Juiz de Fora.

1 INTRODUÇÃO

“Os abaixo assinados, moradores nesta cidade² [...]”. Com essas palavras, moradores de uma localidade pobre da cidade de Juiz de Fora, iniciaram um requerimento enviado à Câmara Municipal em 1903 reivindicando a reabertura de uma escola. Ao final do documento, mais de duzentas pessoas assinaram, expondo um desejo que era de todos. Ao assinarem o pedido, aqueles sujeitos estavam também escrevendo os seus nomes na história, ainda que não houvesse esse desejo em suas ações, pois “grande parte da evidência histórica sobreviveu por motivos muito distantes de qualquer intenção dos atores de projetar uma imagem de si mesmos à posteridade [...]” (Thompson, 1981, p. 36).

A instrução pública, a escolarização e a educação são temáticas que estiveram presentes em debates que envolveram diferentes esferas institucionais, tais como: a escola, a administração municipal e os órgãos estaduais, abarcando atores que circulavam nestes espaços, a exemplo dos professores, inspetores escolares, secretários de estado e até mesmo políticos. No que tange a cidade de Juiz de Fora, as ações e atitudes desses atores foram contempladas em alguns trabalhos como os de CHRISTO (1994); CANDIÁ (2007); YASBECK e ROCHA (2009); KAPPEL (2010).

Gondra e Schueler (2008) ampliam esta ideia de presença/participação e apresenta este processo de cultura escolar como prática social e histórica, além de ilustrar a amplitude dos processos educacionais - formais e não formais - e dos grupos sociais, “como a educação familiar, as oficinas de artistas e artesãos, os

sistemas de aprendizagem do trabalho agrícola e rural, os professores domésticos ou preceptores, as associações religiosas e leigas” (GONDRA e SHUELER, 2008, p.19). Os autores nos mostram que as participações eram oriundas de diferentes classes e que é preciso dar visibilidade a essas forças organizadas que atuaram no terreno da instrução no Brasil, além de nos fazerem entender que, ora aliados, ora em campos distintos, os aparatos público, religioso e “civil” não se manifestaram isoladamente.

Neste sentido a proposta deste estudo é discutir as formas de atuação dos diversos sujeitos relacionados ao âmbito educacional de Juiz de Fora a partir da análise de um conjunto de abaixo-assinados produzidos por moradores da cidade entre os anos de 1903 e 1915. Sales e Faria Filho (2009) nos mostra que no Brasil, a expansão da cultura escolar foi impulsionada ainda nas primeiras décadas do século XIX, não nos cabendo aqui apresentar nosso recorte espacial e a República como um lugar de pioneirismo e inovação, nem tanto um período de ruptura e progresso. Entendemos a institucionalização do ensino como parte de um processo em transformação e proveniente de várias forças de atuação espalhadas e recorrentes em variáveis cenários no território nacional. A cidade de Juiz de Fora e os anos condensados entre 1903 e 1915 servirão como um estudo de caso, possibilitando a investigação acerca dos diferentes agentes envolvidos no processo de ensino e suas ações frente à instituição de uma cultura escolar.

Isso não quer dizer que a influência da instituição escolar não se tenha feito sentir, ao longo de nossa história, lá onde ela não existia ou por aqueles que não a frequentaram. Pelo contrário, a ação escolar fez-se sentir além de seus “muros”, irradiando para o conjunto da sociedade, constituindo-se em referência importante para a definição de identidades pessoais e coletivas, públicas e privadas, políticas e profissionais, entre outras (SALES e FARIA FILHO, 2009, p.22).

Para desenvolvermos nossa análise dialogamos com a perspectiva historiográfica conhecida como “história vista de baixo”, a qual permite a possibilidade de “uma síntese mais rica da compreensão histórica, de uma fusão da história da experiência do cotidiano das pessoas com a temática dos tipos mais tradicionais de história” (Sharpe, 1992, p. 54). Partindo deste pressuposto, podemos considerar os abaixo-assinados um tipo de fonte importante na medida em que

ajudam a refletir sobre questões relativas ao modo como a população se dirigia à Câmara Municipal, como reivindicava, ou seja, a maneira como se tecia a construção argumentativa em torno da solicitação feita por moradores ao agente executivo. Corroboramos com as ideias do historiador inglês E. P. Thompson quando diz que

Para nós, o estímulo antropológico se traduz primordialmente não na construção do modelo, mas na identificação de novos problemas, na visualização de velhos problemas em novas formas, na ênfase em normas (ou sistemas de valores) e em rituais, atentando para as expressivas funções das formas de amotinação e agitação, assim como para as expressões simbólicas de autoridade, controle e hegemonia. Temos em comum o fato de descartarmos, resolutamente, tanto as categorias de explicação positivistas ou utilitaristas quanto sua infiltração na tradição economicista do marxismo (THOMPSON, 2001, p. 229).

Analisar os abaixo-assinados a partir da perspectiva anunciada acima não significa considerar estes documentos como isentos de valores, de intenções, de relações de poder. Ao contrário, devemos estar cientes que tais abaixo-assinados imprimiam intenções particulares, vontades de uma parte da população. Neles estavam impressos desejos manifestos e, provavelmente, havia interesses ocultos. Sendo assim, cabe-nos perscrutar tais discursos ali apresentados.

As representações do mundo sociais assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que a forjam [...]. As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias, e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas [...] (CHARTIER, 1990, p.17).

Cabe-nos ainda, pensar sobre a existência de proximidades entre as formas de escrita das solicitações, percebendo-as como estratégias usadas pelos moradores para terem a sua demanda atendida. Há de se pensar também na existência de um diálogo entre os moradores, na intencionalidade dos pedidos, no papel que esses agentes estão ocupando no processo histórico. Compreender os abaixo-assinados e as indagações inferidas a partir deles, sob a luz da perspectiva aqui adotada, nos sugere que as experiências dos sujeitos, seus costumes, seus sentidos construídos e compartilhados, contribuíram efetivamente para o processo de escolarização ocorrido na cidade (FARIA FILHO, 2009).

Os abaixo-assinados simbolizam uma forma de requerer algo junto ao poder executivo municipal, contendo pedidos e reivindicações, mas, ao mesmo tempo, representa uma forma de denúncia das deficiências existentes, expondo assim as demandas relativas à instrução pública na cidade e contribuindo para o seu melhoramento. Enquanto documentos que são, tais requerimentos consistem, uma representação (CHARTIER, 1990), possuindo uma função simbólica da realidade operada por signos linguísticos que informam uma das diferentes modalidades de apreensão do real.

2 AS DENÚNCIAS NAS REIVINDICAÇÕES

A leitura dos abaixo-assinados nos revela que os moradores tomavam a educação como um direito e a existência ou abertura de escolas nas localidades como uma forma de justiça. Apesar disto, ocorria todo um cuidado com a construção argumentativa esboçada em um abaixo-assinado, ou seja, na forma como se pedia algo à Câmara Municipal, mesmo que fosse um direito que estivesse ali sendo reclamado. Neste sentido, podemos encaminhar a análise em duas direções; primeiro no que era pedido ou requerido e segundo na forma como se dava esse pedido, na argumentação utilizada. É possível pensar a argumentação como uma tática daqueles que a discursaram e/ou a escreveram em forma de abaixo-assinado. Ele enquanto documento, traz consigo muitas representações e significados, logo, entendidos como prova, como representação e materialização de uma suposta 'realidade', o documento está impregnado de intencionalidade e pode ser compreendido como um instrumento de poder. Para Le Goff "o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder" (1996, p.535-536). Vemos então a argumentação expressa nos abaixo-assinados enquanto estratégias, recursos linguísticos para convencer, para persuadir, portanto, como um instrumento de poder utilizado pelos moradores. No conjunto de sete abaixo-assinados analisados neste trabalho encontramos pedidos relacionados à abertura de escolas, como esse de 1903,

Os abaixo assinados moradores nesta cidade, convictos da solicitude e máximo zelo, com que este ilustre corporação cuida dos interesses e bem-

estar dos seus munícipes, não hesitarão em trazer a presente representação, mediante a qual pretendem o restabelecimento da escola primária do sexo masculino do bairro Botanágua desta cidade, a cargo do [...] professor Felicíssimo Mendes Ribeiro. É tão palpitante a necessidade do pretendido restabelecimento, que aos abaixo assinados, parece que, basta lembra-lo a esta ilustre corporação, para ser logo atendido, pois está na consciência de todos que a escola de Botanágua, pela grande e assídua frequência de seus alunos, é a que não pode ser suprimida, mesmo porque a sua vasta zona escolar abrange na parte de zona suburbana, cuja população numerosa e densa, aufere os benefícios da instrução que proporciona-lhe a dita escola, calculadamente ali colocada pelo extinto conselho distrital que a criou. Por outro lado, o [...] professor que rege aquela escola, pelas suas provadas aptidões e dedicação ao ensino, constituindo-se verdadeiro apóstolo no magistério, deve ser aproveitado nesse mister, e não pode ser indiretamente distribuído do professorado onde tão proveitoso tirocínio, tem feito, a ponto de provocar encômios da imprensa local imparcial, nesse ramo da publica administração³.

É interessante perceber neste documento a relevância dada pelos moradores ao nome do professor citado, como se a figura do professor constituísse um fator positivo na argumentação dos moradores. Partindo desta constatação, é possível enfatizar o papel do professor no projeto civilizatório idealizado pelo Estado a partir do século XIX e que perpassou durante todo o Império conservando-se nas primeiras décadas republicanas. Se analisarmos a primeira lei mineira que organizou a instrução pública na província – a lei n.13 de 1835⁴ – perceberemos que, entre outras determinações, foi imposta a criação de escolas normais para a formação de professores primários, que deveriam representar o ‘modelo’ de cidadão esperado pela sociedade. De acordo com Almeida (2011),

A formação dos professores atenderia aos interesses particulares do Estado, mais que propriamente dos docentes ou da população. Devemos entender essa preocupação dentro do registro do uso do poder, ou seja, o uso de técnicas de governo que colaborariam aos ideais do momento. Portanto, estamos falando da criação de escolas normais com “bases administrativas e legislativas” que formariam “funcionários do Estado”[...]. A formação através da escola normal contribuiria com a vigilância estatal. Assim como era necessário controlar a instrução popular, era indispensável vigiar a conduta dos professores e prepará-los para sua missão junto ao Estado (ALMEIDA, 2011, p.10-11).

Assim, o professor deveria se qualificar, integrando um projeto civilizatório, divulgando a necessidade da instrução do povo, fiscalizando a presença dos alunos, como também assumindo o seu compromisso e missão com a nação. Essa mesma lei, em seu art.5^o, determinou que fossem demitidos os professores públicos de

instrução primária que não tivessem em suas escolas, tantos alunos quanto se podiam frequentar, evidenciando a preocupação em evocar a atenção de toda a população para a necessidade da instrução. Outra exigência destinada aos professores pelo art.2 do Regulamento n.3, também sancionado neste mesmo ano, tratava da rigorosa obrigação em “doutrinar a mocidade nas mais puras ideias religiosas” e fazer-lhes poupar a importância da União e integridade do Império. Tais artigos visavam à ampliação dos ideais iluministas, que imprimiam na educação um instrumento na marcha da civilização, uma condição necessária. Conjecturamos que a imagem do professor enquanto missionário⁵ e exemplo de conduta podem justificar a exposição do mesmo enquanto representante e símbolo de autoridade para a população.

São conhecidas algumas atuações do professor primário citado, Felicíssimo Mendes Ribeiro. Seu nome surge nos documentos ainda em 1879 quando envia uma carta a Câmara Municipal para “solicitar um auxilio ou mesmo ordem para ser fornecida a trinta alunos pobres que frequentam sua escola, papel, penas e livros, pois esses alunos por falta absoluta de meios não podem comprar evitando assim seu adiantamento”⁶. No dia 14 de abril de 1898, Felicíssimo Mendes Ribeiro, junto com Ismael Gonçalves Maia e Maria Eliza Ferreira, enviam uma carta a Câmara Municipal de Juiz de Fora discorrendo sobre as condições dos professores públicos primários na cidade:

Assim confiantes seríamos criminosos se guardássemos silencio do mal que nos assoberba, cumprindo, pois, nosso dever, vamos expor-vos e representar confiantes em vós e na justiça de nossa causa a qual também é vossa por ser do povo e do futuro da pátria. [...] Não ignoreis que a árdua tarefa do magistério primário é a mais ingrata e inglória de entre todas as da sociedade sob todos os pontos de vista e que a única recompensa que tem o professor é ver organizar-se gerações inteiras, composta de cidadãos prestantes, entre os quais, sábios e beneméritos da humanidade que tiveram seu início no forçado e único pórtico para entrarem nos templos: social, sagrado da ciência e no da verdade, a Escola Primária! Não ignoreis que no magistério do ensino há a elevação obrigada que exige uma afeição particular, necessitando o professor não distrair-se e nas horas de recreação estudar, não podendo obter a subsistência sem ser por meio do árduo, paciente e pesadíssimo cargo que ocupa⁷.

Após expor as precárias condições em que viviam os professores primários, a carta encerra com o pedido de aumento dos seus vencimentos:

A posição atual do professorado obriga a uma modesta, é verdade, representação social e mesmo assim os parcos vencimentos não são suficientes. Não é uma exceção que os professores peçam aumento de vencimentos, porquanto tem, todas as classes sociais, máxime as servidoras do Estado, reclamado e sido com justiça atendidas. Não é, pois, fora de propósito e antes até natural e justificabilíssimo que os professores venham trazer a V. Ex. seu pedido de aumento de vencimento, as qual dareis a atenção que merece no vosso alto e criterioso conceito de homens práticos e nobres em vossos elevados cargos sociais, onde com justiça o povo a quem servimos, vos colocou. **Esperamos justiça**⁸. (grifos nossos)

Nota-se que se tratava de um professor atuante, talvez isso seja um indício para justificar o fato dos moradores quererem que o mesmo continuasse a ministrar as aulas, ao ponto de firmarem essa posição por escrito em um documento que clamava pela reabertura da escola e que o nome do professor vinculava-se a seguinte atribuição: “constituindo-se verdadeiro apóstolo do magistério”. A crença na reabertura da escola parecia estar presente entre os moradores, pois, segundo eles estavam:

Na consciência de todos que a escola de Botanágua, pela grande e assídua frequência de seus alunos, é a que não pode ser suprimida, mesmo porque a sua vasta zona escolar abrange na parte de zona suburbana, cuja população numerosa e densa, auferem os benefícios da instrução que proporciona-lhe a dita escola [...]⁹.

Em outro abaixo-assinado de 1904 os moradores do Morro de Santo Antônio, localidade de Juiz de Fora, ponderam sobre:

[...] a necessidade da criação de uma cadeira mista neste bairro, habitado por grande numero de meninos pobres e que precisam receber a educação primária, havendo para isso prédio que se preste para a instalação da escola, cuja frequência será superior a que é exigida pela lei. Os signatários desta, confiantes no espírito justiceiro de V. Exa. e conciso da criação de uma cadeira mista nesse local, vem consultar as necessidades dos habitantes deste ponto da cidade, esperando dos poderes municipais, que com tanto brilho e patriotismo tem procurado administrar os negócios deste município, consiga solução a esta representação por ser de inteira justiça [...]¹⁰.

Os pedidos aqui analisados continham em sua maioria menção a reabertura e manutenção de escolas que foram suprimidas, como um abaixo-assinado de 1905, em que moradores da Rua Bernardo Mascarenhas requeriam a manutenção de uma escola suprimida naquele mesmo ano¹¹.

Um ano depois, em 1906, alguns moradores de Ewbank da Câmara, distrito de Juiz de Fora,

pesarosos por ver os nossos filhinhos crescerem sem a luz da instrução e sendo exíguo os meios ao nosso dispor para proporcioná-los esses conhecimentos, vimos, por meio deste requerimento, fazer um apelo ao espírito patriótico de V.Exa. rogando a fundação de uma escola nesse lugar a fim de que a Pátria para futuro tenha homens capazes de prosseguir o trabalho dos do presente¹².

Observe que alguns termos parecem ter sido cuidadosamente escolhidos pelos abaixo-assinados, como se cada palavra tivesse sido pensada dentro de uma estratégia de convencimento em prol da causa almejada, o que nos remete a Hunt, quando diz que “as palavras não reflet[em] apenas a realidade social e política; [são] instrumentos de transformação da realidade” (HUNT, 2001, p.23). Além de abertura de escolas, encontramos também no ano de 1906, pedidos de subvenção à Câmara Municipal:

Nós, abaixo assinados, pais de família moradores nas imediações da Fazenda dos Coqueiros (Colônia de Cima) e distanciados da Capela de S. Pedro cerca de seis quilômetros, onde existe uma escola municipal. Eis que para superar a dificuldade que nos oferece em distancia, a qual prejudica a educação de nossos filhos temos criado e com sacrifícios subvencionado uma escola de instrução primaria para o sexo masculino, a qual tem sido regida pelo cidadão Ignácio Silvino de Lima, o qual de entre outros que temos contratado, é o que melhor resultados tem oferecido, do qual esperamos um progresso inegável segundo demonstra a frequência, matricula e grau de adiantamento de seus educandos. Exmo. Sr., temos que tudo isso em nada prejudica a escola publica de S. Pedro, criada pela Ima. Câmara, visto como a que nos referimos é do sexo masculino, e a municipal é mista, além disto, a frequência aqui na roça só pode ser de acordo com a distância e condições dos caminhos. Diante de tais considerações lembramo-nos de solicitar de V. Exa. uma pequena subvenção para que auxiliando o ordenado do Professor, não vejamos frustrados os nossos mais ardentes esforços. Para o que esperamos a mercê de V. Exa.¹³

Entre os pedidos encaminhados à Câmara, percebe-se uma preocupação por parte dos moradores com os professores. No caso já citado acima, em que moradores pedem a reabertura de uma escola no ano de 1903, não se esqueceram de reafirmar a intenção de terem como professor da escola Felicíssimo Mendes Ribeiro, o mesmo que nela antes se encontrava. Alguns anos depois, em 1914, no distrito conhecido como Sarandy, os moradores requerem a Câmara o aumento dos vencimentos de uma professora:

Os abaixo assinados, junta a lista da matrícula dos alunos da escola mista da fazenda de Santa Luzia, regida pela professora Dr. Lydia Dutra de Castro, e solicitam a V. Exa., como um governo Municipal justiceiro, eleito merecidamente vereador pelo nosso distrito, intervenção perante à Câmara Municipal, para aumentar no correr deste ano, os vencimentos da dita professora, pois o numero dos alunos frequentes é grande e o ordenado que a mesma tem atualmente é por demais diminuto. Será um ato de verdadeira justiça.¹⁴

Do ponto de vista da construção argumentativa dos abaixo-assinados, podemos perceber um padrão no modo como se dirigiam ao agente executivo, com características similares que podem ter sido estabelecidas pelas próprias experiências anteriores no modo de pedir algo, de requerer uma condição que eles mesmos sabiam pertencer-lhes por “direito” e “justiça”.

3 OS MODOS DE PEDIR: OS ARGUMENTOS UTILIZADOS PELOS MORADORES

Os requerimentos, pedidos e encaminhamentos enviados ao poder executivo municipal em forma de abaixo-assinados, apresentam características que contribuem para uma contextualização da situação educacional da cidade de Juiz de Fora. Eles nos mostram um universo onde os principais prejudicados pela falta de estrutura e escolas na cidade era a população. Podemos interpretar essa forma de atitude como uma ação direta, e de caráter coletivo, mesmo se supormos que os textos tenham sido escritos por uma única pessoa, ainda sim, o interesse em questão era da população.

Este caráter de coletividade pode ser percebido também entre o professorado. No dia 9 de dezembro de 1900, quatro professores de Juiz de Fora publicaram um Manifesto direcionado “Ao Professorado de Minas”. O espaço escolhido com o objetivo de um amplo alcance e circulação do texto foi o *Jornal do Commercio*, periódico local que circulava também pelo Rio de Janeiro e outras cidades mineiras, entre os anos de 1896 a 1920, 1922 a 1930 e 1932 a 1934¹⁵. O primeiro signatário do Manifesto foi José Paixão, futuro membro da Academia Mineira de Letras que seria fundada em Juiz de Fora em 1909, que seguiu-se assinado por Raymundo Tavares que “em 26 de julho de 1898” foi o primeiro a receber o título de Bacharel da Academia de Comércio, importante colégio da cidade.¹⁶ O terceiro a assinar o manifesto foi Felicíssimo Mendes Ribeiro, “um

excelente negro, pouco letrado” (RANGEL, 1940, p. 161) mas não menos atuante na cidade em prol das melhorias das condições dos professores; conseguinte encontrava-se o nome Francisco Paixão, irmão do nosso primeiro signatário José Paixão, médico e proveniente da cidade de Petrópolis no estado do Rio de Janeiro. Mais que entender a atitude dos mesmos como um gesto coletivo, devemos inferir que tais professores não atuaram apenas como docentes preocupados com uma ação específica, mas sim, homens públicos atuando pelo social, portanto, podendo ser definidos como intelectuais a partir da definição de Jean-François Sirinelli, que atribui aos seus comportamentos acepções que englobam os criadores e os mediadores culturais e também, aqueles engajados e eruditos representados pela imagem do jornalista, do escritor, do professor. Segundo o autor:

A abordagem extensiva do feudo intelectual, de qualquer modo, constitui apenas uma faceta do estudo dos intelectuais. Estes últimos também podem ser reunidos em torno de uma segunda definição, mais estreita e baseada na noção de engajamento na vida da cidade como ator – mas segundo modalidades específicas, como por exemplo a assinatura de manifestos -, testemunha ou consciência. Uma tal acepção não é, no fundo, autônoma da anterior, já que são dois elementos de natureza sociocultural, sua notoriedade eventual ou sua “especialização”, reconhecida pela sociedade em que ele vive – especialização esta que legitima e mesmo privilegia sua intervenção no debate da cidade -, que o intelectual põe a serviço da causa que defende (SIRINELLI, 2003, p.243).

A partir disto, podemos inferir que os professores possam ter influenciado as ações da população, já que os mesmos possuíam uma imagem, aos olhos desta, exemplar e de condutores. Assim como alguns docentes da cidade pregavam a união, talvez, os moradores tenham percebido que, coletivamente, conseguiriam melhores resultados em seus requerimentos, apesar da existência de reivindicações por escola pública ocorrer na forma de abaixo-assinados no Brasil desde o século XIX (CAMPOS, 2006).

Pelo seu caráter coletivo, os abaixo-assinados também podem ser considerados como manifestos, pois ao pedir, requerer, ou comunicar algo que estava errado e/ou em falta, os moradores estavam se manifestando e, em certa medida, denunciando uma condição de precariedade. O que importa neste tipo de ação é conseguir o objetivo, ou seja, que o pedido seja atendido. E para isso os moradores usaram de estratégias, o que pode ser percebido pela padronização da escrita utilizada.

Os requerimentos iniciavam-se com tons elogiosos: “Os abaixo assinados, moradores nesta cidade, convictos da solicitude e máximo zelo, com que a ilustre corporação cuida dos interesses e bem-estar dos seus munícipes, não hesitarão em trazer a presente representação [...]”¹⁷. Apesar de tratar-se de um requerimento, um pedido, a impressão que se tem é que os moradores usavam de artifícios não demonstrando fazer-se uma exigência, ou seja, não colocavam a figura do agente executivo municipal em questão: “Os abaixo-assinados moradores no Morro de Santo Antônio, nesta cidade, vem respeitosamente ponderar à V.”. Exc.; a necessidade da criação de uma cadeira mista neste bairro [...]”¹⁸. O termo “ponderar” remete a um diálogo, passando para o presidente da Câmara Municipal o papel de decidir, se a localidade necessitava ou não de uma cadeira mista. Uma de nossas hipóteses é que os dezenove moradores que assinaram o pedido não precisavam “ponderar” em nada sobre a necessidade da abertura da escola, mas ainda sim o fazem persuadindo e dando motivo para que o presidente da Câmara intercedesse em favor deles, ao dizerem que o bairro era “habitado por grande número de meninos pobres e que precisa[va] receber a educação primária, havendo para isso prédio que se prest[ava] para a instalação da escola, cuja frequência ser[ia] superior a que [era] exigida pela lei”¹⁹. Thompson nos ajuda a entender essa recorrência ao afirmar que “por trás de cada forma de ação popular direta [...] pode-se encontrar alguma noção de direito que a legitime” (Thompson, 1987, p.72).

Em outros casos, os moradores deixaram claro em quais condições requeriam: “os abaixo assinados, eleitores e moradores”²⁰. Alguns pedidos apelavam para um grau de dramaticidade, como uma maneira de tentar alcançar o almejado pela compaixão do agente executivo municipal, “Nós, moradores [...] pesarosos por ver nossos filhinhos crescerem sem a luz da instrução e sendo exíguo os meios ao nosso dispor para proporcioná-los esses conhecimentos, vimos, por meio deste requerimento, fazer um apelo [...]”²¹.

O modo como se pedia, portanto, parece ter constituído um padrão argumentativo entre os moradores, fazendo com que os mesmos iniciassem um abaixo-assinado de forma cautelosa, elogiosa, com todo cuidado. Num segundo momento, mostravam um conhecimento da realidade educacional da cidade e os problemas envolvidos com a temática, antecipando possíveis possibilidades de negação do pedido: “não colhe o argumento de não serem lisonjeiras as finanças

municipais, pois [...] os abaixo-assinados respeitosamente lembram, que sem grande necessidade, a Câmara Municipal subvenciona o Asylo João Emílio [...] ²². Por último, ainda dentro da ideia de “padrão argumentativo”, percebemos que os abaixo-assinados finalizavam fazendo referência a justiça e a noção de direito.

4 NOÇÕES DE DIREITO E JUSTIÇA

Os moradores ao assinarem seus nomes no fim de um requerimento ou pedido estavam concordando com o conteúdo ali exposto, já que neste tipo de documento “os sujeitos que o assinam captam, reúnem e firmam opiniões e posições” (GONDRA & LEMOS, 2004). Uma posição firmada pelos moradores e observada nos abaixo-assinados foi a de que a escola era um direito da população e sua implementação nas localidades era um ato de justiça, como ilustrado nos trechos abaixo:

Embora simples, e sem atavios, as considerações que deixam expostas, parecem suficientes para convencerem da necessidade de ser estabelecida a escola do Botanágua, de cujo **direito** não deve ser despojada a população escolar daquele bairro, e os abaixo assinados confiados na legitimidade de sua pretensão, confiam que serão atendidos²³ (grifo nosso).

Os signatários desta, confiantes no espírito **justiceiro** de V. Exa. e conciso da criação de uma cadeira mista nesse local, vem consultar as necessidades dos habitantes deste ponto da cidade, esperando dos poderes municipais, que com tanto brilho e patriotismo tem procurado administrar os negócios deste município, consiga solução a esta representação por ser de **inteira justiça**²⁴ (grifo nosso).

Mais uma vez, Thompson nos ajuda a refletir sobre essa recorrência ao termo justiça e lei, presente nos abaixo-assinados dirigidos por moradores à Câmara Municipal de Juiz de Fora reivindicando abertura, reabertura, manutenção e subsídio de escolas na cidade. Para o autor:

A maioria dos homens tem um forte senso de justiça, pelo menos em relação aos seus próprios interesses. Se a lei é manifestamente parcial e injusta, não vai mascarar nada, legitimar nada, contribuir em nada para a hegemonia de classe alguma. A condição prévia essencial para a eficácia da lei, em sua função ideológica, é a de que mostre uma independência frente as manipulações flagrantes e pareça ser justa. Não conseguirá parecê-lo sem preservar sua lógica e critérios próprios de igualdade; na verdade, às vezes sendo realmente justa. E, ademais, não é

frequentemente que se pode descartar uma ideologia dominante como mera hipocrisia; mesmo os dominantes têm necessidade de legitimar seu poder, moralizar suas funções, sentir-se úteis e justos. No caso de uma formação histórica tão antiga como o direito, matéria cujo domínio exige anos de estudo exaustivo, sempre existirão alguns homens que acreditam ativamente em seus procedimentos próprios e na lógica da justiça. O direito pode ser retórico, mas não necessariamente uma retórica vazia. Os comentários de Blackstone representam um exercício intelectual muito mais rigoroso do que o que sairia da lavra de um apologista (THOMPSON, 1987, p.354).

Apesar do modo como se iniciam os abaixo-assinados, todo o cuidado tomado pelos moradores na escrita do documento, todas as estratégias utilizadas, os tons elogiosos, enfim, por trás de todo esse aparato, a causa dos moradores era legitimada pela ideia de escola como direito e como justiça. As reivindicações em forma de abaixo-assinados são importantes por explicitar, através das diversas assinaturas, a participação dos sujeitos envolvidos no processo de escolarização na cidade de Juiz de Fora, uma exigência entendida por eles como parte de um direito.

Compreender o direito como espaço de conflito implica diretamente em restituir à plenitude da condição de sujeitos os setores submetidos ao longo da história às mais variadas formas de dominação, em contraposição a análises contemporâneas que, ao reduzir a experiência dos primeiros à sua vitimização, tendem a negar a inserção de sua agência ao processo histórico. Ao mesmo tempo, esta vitimização tende a ser estendida aos principais herdeiros atuais destas lutas, obscurecendo o significado de seu patrimônio de conquistas históricas. Da denúncia de formas de opressão seculares passa-se então com facilidade à substituição da ação destes sujeitos sociais concretos pela teoria como espaço privilegiado de luta emancipatória (FORTES, 1995, p. 107).

Neste trabalho procuramos tratar das reivindicações populares em prol da instrução pública. Em uma pesquisa mais ampla, desenvolvida no mestrado, podemos perceber que reivindicações por escola podem ser percebidas a partir das falas dos inspetores escolares e professores. Os relatórios dos inspetores mostram uma constante preocupação com a regulamentação da instrução e a consciência daqueles que os escreveram acerca da contribuição de seus cargos, propondo muitas vezes ao governo medidas para sanar os problemas recorrentes encontrados nas inspeções, A exemplo destaca-se a conclusão do relatório do inspetor Manuel de Paula Lima:

[...] ao confeccionar o presente relatório, só tive em vista chamar a atenção do Governo para algumas irregularidades que tenha notado nesta circunscrição, e tratando em particular de algumas escolas que já visitei, só tive em mente propor medidas que se afiguram indispensáveis para regular o andamento das mesmas²⁵.

Pela voz dos professores, também é possível perceber a defesa da escola, mesmo que essa se desse a partir da exigência de melhorias das suas próprias condições, como vimos com a publicação de um manifesto no ano de 1900, acarretaria consequências para a realidade escolar. A partir de simples pedidos de materiais, à Câmara Municipal ou ainda mantendo com seus próprios esforços o funcionamento de escolas, os professores estavam contribuindo e em certa medida, reivindicando em prol da instrução.

Porém, o presente estudo se faz importante por trazer a tona outro grupo, ou seja, a própria população, que, de forma direta, a partir de abaixo assinados se fizeram representar. Como vimos, esse tipo de ocorrência é retratada em trabalhos que remete ao século XIX, mas a proposta deste estudo é endossar o campo de análise da história da educação, corroborando com uma perspectiva onde se privilegiam fontes, ou vestígios, em que a história possa ser “vista” mais de “baixo”.

MARCELO GOMES DA SILVA

Bacharel e licenciado em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Tornou-se mestre em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, desenvolvendo sua pesquisa na área de História da Educação. Atualmente é professor da Faculdade de Belford Roxo (FABEL) e professor substituto na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, ministrando as disciplinas: Educação, Trabalho e Desenvolvimento Profissional, Geografia e História para Crianças, Jovens e Adultos; Metodologia e História para os Anos Iniciais, Crianças, Jovens e Adultos e História da Profissão Docente.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Cíntia Borges de. *O “olho” do Estado e seu projeto de nação: vigiar, conduzir e civilizar a partir da estratégia do ensino obrigatório*. In: VI Jornadas Nacionales “Espacio, Memoria e Identidad”, Rosário/Argentina: UNR, 2011. *Anais...*

CAMPOS, José Carlos Peixoto. *A reivindicação por escola pública na Corte Imperial: requerimentos e abaixo-assinados como instrumento de luta por Instrução Pública*. In: IV Congresso Brasileiro de História da Educação, Goiânia: PUC, 2006. *Anais...*

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira, *A “Europa dos pobres”*: Juiz de Fora na Belle-Époque mineira. Juiz de Fora – EDUFJF, 1994, p. 160.

CANDIÁ, Milena A. de Almeida. *O Artífice do Consenso: Antônio Carlos Ribeiro de Andrada no cenário educacional de Juiz de Fora (1907/1930)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. UNIRIO. Rio de Janeiro, 2007.

FARIA FILHO, L. M. de. & BERTUCCI, Liane Maria. Experiência e cultura: contribuições de E.P. Thompson para uma história social da escolarização. *Currículo sem Fronteiras*. V.9, n.1, jan/jun/2009. pp.10-24.

FARIA FILHO, L. M. de. SALES, Zeli Efigênia Santos de. Escolarização da infância Brasileira: a contribuição do Bacharel Bernardo Pereira de Vasconcelos. Pp.21-44 In: FARIA FILHO, L.M. de; INÁCIO, Marcilaine Soares (orgs.). *Políticos, Literatos, Professoras, Intelectuais: o debate público sobre educação em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2009.

FORTES, Alexandre. O direito na obra de E.P. Thompson. *História Social*. Campinas: SP, 1995, n. 2, pp. 89-111.

GONDRA, José G. & LEMOS, Daniel C.A. A necessidade polimorfa da escola e o processo de fabricação da ordem escolar. *Revista Rio de Janeiro*, maio/dez 2004, n. 13-14.

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. *Educação, poder e sociedade no Império brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008.

HUNT, Lynn. *A nova História Cultural*. 3ed. Martins Editora, 2001.

KAPPEL, Marília Neto. *O pensamento educacional de Estevam de Oliveira expresso através do jornal Correio de Minas (1897-1908)*. Dissertação de Mestrado, São João del-Rei:UFSJ, 2010.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Editora Unicamp: Campinas, 1996.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema: a formação do estado Imperial*. Rio de Janeiro: ACCESS, 1994.

RANGEL, José. *Como o tempo passa...* Rio de Janeiro. A Encadernadora. 1940.

SHARPE, J. A história vista de baixo. In: BURKE, P. (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992. pp. 39-62.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: REMOND, R. (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003. pp. 231-269.

THOMPSON, E.P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 1v.

THOMPSON, E. P. Folclore, Antropologia e História Social. In: NEGRO, Antônio Luigi. & SILVA, Sérgio. (orgs.) THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

THOMPSON, E. P. *A Miséria da Teoria ou Um Planetário de Erros*. Trad.: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

THOMPSON, E.P. *Senhores e Caçadores: a origem da lei negra*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

YASBECK, Dalva Carolina; ROCHA, Marlos B.M. da. (orgs.) *Cultura e História da Educação: intelectuais, legislação, cultura escolar e imprensa*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2009.

¹ Mestre pelo programa de pós-graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, pela linha "Instituições, Práticas Educativas e História". Bolsista CNPq.

² Abaixo-assinado de 1903. Arquivo Histórico Municipal de Juiz de Fora, série 114.

³ Abaixo-assinado de 1903. Arquivo Histórico Municipal de Juiz de Fora, série 114.

⁴ Lei n.13, 28/03/1835.

⁵ Ver: MATTOS (1994).

⁶ Documentos referentes a instrução pública 1854-1889. Arquivo Municipal de Juiz de Fora.

⁷ Instrução Pública – 1891-1930. Arquivo Municipal de Juiz de Fora.

⁸ Idem

⁹ Abaixo-assinado de 1903. Arquivo Histórico Municipal de Juiz de Fora, série 114.

¹⁰ Abaixo-assinado de 1904. Arquivo Histórico Municipal de Juiz de Fora, série 114.

¹¹ Abaixo-assinado de 1905. Arquivo Histórico Municipal de Juiz de Fora, série 114.

¹² Abaixo-assinado de 1906. Arquivo Histórico Municipal de Juiz de Fora, série 114.

¹³ Abaixo-assinado de 1906. Arquivo Histórico Municipal de Juiz de Fora, série 114.

¹⁴ Abaixo-assinado de 1915. Arquivo Histórico Municipal de Juiz de Fora, série 158.

¹⁵ As informações sobre os jornais foram encontradas nas próprias páginas dos periódicos e no Inventário Digital da Biblioteca Municipal Murilo Mendes.

¹⁶ Livro em comemoração a 50 anos da Academia de Comercio 1891-1841

¹⁷ Abaixo-assinado de 1903. Arquivo Histórico Municipal de Juiz de Fora, série 114.

¹⁸ Abaixo-assinado de 1904. Arquivo Histórico Municipal de Juiz de Fora, série 114.

¹⁹ Idem.

²⁰ Abaixo-assinado de 1905. Arquivo Histórico Municipal de Juiz de Fora, série 114.

²¹ Abaixo-assinado de 1906. Arquivo Histórico Municipal de Juiz de Fora, série 114.

²² Abaixo-assinado de 1903. Arquivo Histórico Municipal de Juiz de Fora, série 114.

²³ Abaixo-assinado de 1903. Arquivo Histórico Municipal de Juiz de Fora, série 114.

²⁴ Abaixo-assinado de 1904. Arquivo Histórico Municipal de Juiz de Fora, série 114.

²⁵ Arquivo Público Mineiro. SI 663. Correspondência recebida pelo secretário do Interior sobre Inspeção de Ensino. 1894. Relatório de Manuel de Paula Lima de 1894.